

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 17 de março de 2021 - Vivara Participações S.A. (B3: VIVA3; Bloomberg: VIVA3 BZ), a maior rede de joalherias do Brasil, apresenta hoje seus resultados do ano de 2020.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi emblemático e ficará marcado, para nós da Vivara, como um ano de incertezas e transformações. Nesses 60 anos de história, esse talvez tenha sido o período mais desafiador que já vivemos. A tempestividade com que a pandemia surgiu e a baixa visibilidade de cenário e tempo de duração foram fatores que diferenciaram essa crise de outras já vividas.

Diferente de outras turbulências, fomos pegos de surpresa. Não havia nenhum sinal evidente como em uma recessão. Não havia nenhum indicativo inerente ao negócio, nada. Em poucos dias nos deparamos com a pandemia, exigindo de nós uma tomada de decisão rápida, mas muito consciente e responsável. Igual a outros períodos turbulentos, o que sabíamos desde o início era que a retomada viria. Ao longo do ano sentimos a normalização gradual das operações, mês após mês. Foi mais rápido do que imaginávamos inicialmente, mas sabemos que ainda temos um longo caminho pela frente.

Ainda em março, logo após o fechamento temporário das nossas operações, criamos um Comitê de Crise e iniciamos uma rotina de interações constantes focadas na busca por soluções para proteger a saúde e dar segurança a nossa comunidade de stakeholders, desde os colaboradores, clientes e parceiros, até os fornecedores.

Junto ao comitê de crise, estruturamos nove frentes de trabalho: Caixa, Lojas, E-commerce, Indústria e fornecedores diretos, fornecedores indiretos, Pessoas, Comunicação, Expansão e Eritização de Projetos de TI. Através dessas frentes multidisciplinares direcionávamos toda a tomada de decisão de forma colegiada. Os times foram incansáveis, vimos nossos valores corporativos fortalecidos e funcionando como bases sólidas para que pudéssemos seguir superando desafios e entregando sempre mais do que o esperado.

No meio de tantas incertezas, conseguimos entregar um ano de transformação. A pandemia serviu para repensarmos os processos e enxergarmos possibilidades diferentes. O resultado que estamos entregando hoje superou todas as nossas expectativas iniciais. Atingimos diversos recordes que só uma equipe inquiete e comprometida conseguiria entregar.

Recorde de vendas em único trimestre, recorde de vendas digitais no ano, recorde de venda diária, em um cenário atípico, incerto e desconhecido. Transformamos o nosso negócio sem perder de vista as bases sólidas que nos trouxeram até aqui.

A marca Vivara encerra 2020 ainda mais fortalecida, sendo referência em buscas online, marca destino para quem procura o melhor presente para marcar momentos especiais. Adequamos nossa comunicação às mudanças evidentes no comportamento do consumidor durante o isolamento social. Adotamos uma abordagem mais emocional nas nossas campanhas, buscando novas formas de interagir com nossos clientes.

Falamos de propósito, bem estar, conexão com os próximos, tudo de uma forma muito sutil e focada em significado, que é exatamente o que a joia representa. Avancamos muito no uso de dados para nos comunicar, tornando nossa base de dados de clientes uma importante ferramenta de maximização de vendas.

A nossa força de vendas de alta performance fez a diferença e cumpriu com excelência a missão de fascinar os clientes. Atuaram com foco em resultados, mesmo nos momentos mais críticos de lojas fechadas, através do projeto Joias em Ação, nossa iniciativa de vendas diretas.

O modelo de negócio verticalizado nos permitiu proteger nossas margens e trabalhar o mix de produtos mais adequado para o momento. Ampliamos a internalização da produção da Life, ajustamos os estoques de forma rápida, ampliamos a cobertura do canal online para garantir a adequada composição de produtos em todas as categorias.

Os resultados do ano, inevitavelmente, foram afetados pelo fechamento das lojas, mas com uma importante evolução mês após mês. Encerramos o ano com queda de -10,2% no faturamento, sendo que no último trimestre registramos crescimento de 14,4%, em relação ao 4T19, mesmo operando com restrição de fluxo em loja e horário de atendimento reduzido. Nossas vendas digitais cresceram de forma acelerada, com expansão de 191,2%, em relação ao ano anterior. Chegamos ao EBITDA Ajustado de R\$ 216,3 milhões, com margem de 20,7%, como resultado da expansão de rentabilidade bruta e o rígido controle de despesas.

Considerando a incerteza do momento, no início da pandemia, revisamos nosso plano de expansão para o ano, reduzindo a previsão de novas aberturas de 50 para 21. Ao final do ano, entregamos 28 novas operações, reforçando nosso compromisso de ampliar a nossa presença nos principais shoppings do país, através da expansão orgânica dos canais Vivara e Life.

Para 2021, retomaremos para a expansão orgânica mais acelerada, com a perspectiva de adicionar entre 40 e 50 novas lojas, de Vivara e Life. Temos um grande projeto de estruturação da marca Life em andamento, com novas iniciativas para aprimorar operação, treinamentos mais direcionados, estratégia renovada para produto e marketing, para alavancarmos a Life de forma estruturada. Além, é claro, da estratégia de "omnicanalidade", que saiu de 2020 mais fortalecida e ganhou ainda mais relevância estratégica para 2021.

Seguimos atentos aos desdobramentos relacionados à pandemia e diligentes na tomada de decisão. A Companhia vem adotando de forma contínua diversas medidas de prevenção para preservarmos a saúde dos colaboradores, fornecedores e parceiros, assim como a saúde de nosso negócio. Reforçamos, sobretudo, que, estamos mais preparados e fortalecidos do que estávamos quando tudo começou. Temos solidez financeira e alta liquidez, com recursos relevantes para as oportunidades de consolidação e para reforçar nossa posição de liderança de mercado.

Em fevereiro de 2021, anunciamos a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, Paulo Kruglensky, em sucessão ao Marcio Kaufman, que passará a se dedicar, exclusivamente, ao Conselho de Administração. Agradecemos a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes pela confiança em nossa Companhia.

Marcio Kaufman
Ex-CEO e Membro do Conselho de Administração

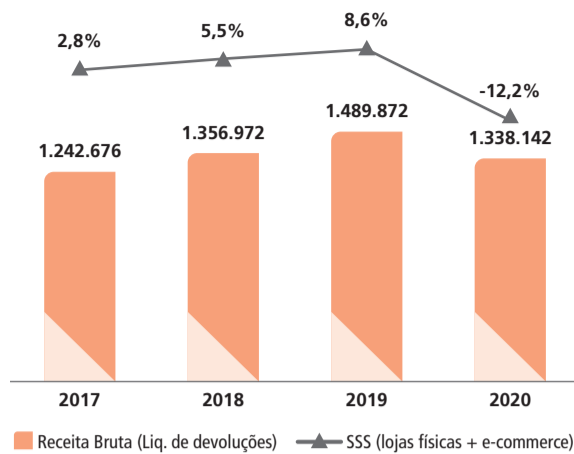
Paulo Kruglensky
CEO

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA
A receita bruta, líquida de devoluções da Companhia caiu -10,2% em 2020, em razão do fechamento das lojas ao longo do ano, devido a pandemia da COVID-19. A recuperação foi gradual, mês após mês, sendo que no último trimestre o crescimento foi de +14,4%.

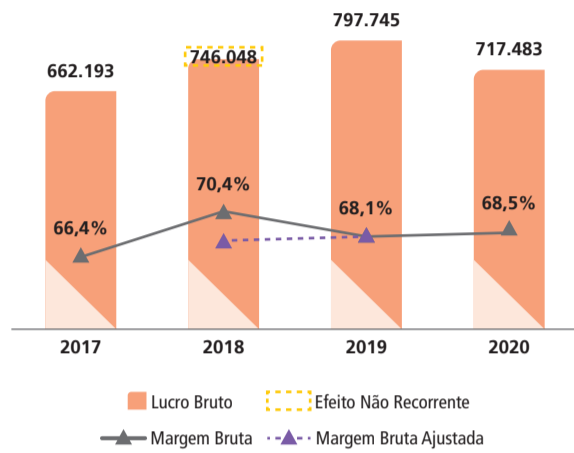
O destaque do ano foi a aceleração do desempenho das vendas digitais que atingiram R\$ 309,4 milhões no ano, um crescimento de 191,2%, em relação ao ano anterior, representando 18,1% da receita total. O SSS do período foi de -12,2%.

O crescimento de 191,2% nas vendas digitais em 2020 foi impulsionado pelas iniciativas de "omnicanalidade", principalmente, pelo projeto Joias em Ação, iniciativa de vendas diretas criada em abril, após o fechamento das lojas, que no ano representou 25,5% das vendas dos canais digitais, ganhando relevância mês após mês. A receita líquida do período atingiu R\$ 1.047,6 milhão, -10,6% abaixo do ano anterior.



LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O Lucro Bruto de 2020 totalizou R\$ 717,5 milhões, queda de -10,1% comparado ao mesmo período do ano anterior, com expansão de 0,4 p.p. na Margem Bruta, que atingiu 68,5%. A Margem Bruta registrada está alinhada aos patamares saudáveis de rentabilidade da Companhia, mesmo considerando um movimento mais intenso de Black Friday e o aumento sequencial do custo de insumos. A adequada composição de estoques em todas as categorias, combinada com a correta política de precificação contribuíram para a rentabilidade atingida, demonstrando, mais uma vez, a capacidade da Companhia de gerir custos.



DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ mil)	2020	2019	Δ %
Despesas Operacionais (SG&A)	(463.223)	(498.066)	-7,0%
% Receita Líquida	-44,2%	-42,5%	(1,7 p.p.)
Despesas com Vendas	(331.679)	(360.069)	-9,9%
% Receita Líquida	-31,7%	-30,7%	(0,9 p.p.)
Despesas Gerais e Administrativas	(131.544)	(137.997)	-4,7%
% Receita Líquida	-12,6%	-11,8%	(0,8 p.p.)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	6.567	107.442	-93,9%
Total de Despesas	(456.656)	(390.624)	16,9%

Em 2020, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas - ex-depreciação) caíram -7,0% em relação ao ano anterior, considerando o reconhecimento de R\$ 14,9 milhões de despesas não recorrentes, referentes ao IPO, em 2019. Em bases comparáveis, as Despesas Operacionais de 2020 teriam sido -4,1% menores que em 2019. As Despesas com Vendas ficaram 9,9% menores que no ano anterior, principalmente, (i) pela adesão à Lei 14.020/2020, que permitiu a suspensão dos contratos das colaboradoras de lojas, durante todo o período em que as lojas estiveram fechadas, e redução de jornada após reabertura, com efeitos gradativamente menores até novembro/20, (ii) pelos descontos obtidos no aluguel das lojas e (iii) pela redução nas Despesas com Serviços de Terceiros, refletindo as realocuações orçamentárias adotadas ao longo do ano. Em contrapartida às reduções mencionadas acima, registramos aumento nas Despesas com Frete e Tributos, reflexo da maior relevância das vendas digitais, bem como nas Despesas de Marketing, resultado do maior investimento em marketing digital.

As Despesas Gerais e Administrativas caíram -4,7%, como resultado da despesa não recorrente de R\$ 14,9 milhões, reconhecidas em 2019, em bases comparáveis, as despesas teriam aumentado 6,8% principalmente, (i) pelo aumento das Despesas com Serviços de terceiros pela contratação de consultorias voltadas para suportar a estratégia de da Companhia. As Despesas com Pessoal foram beneficiadas pela adesão à Lei 14.020/2020, que neutralizou, em parte o aumento de quadro administrativo ocorrido no último ano, para reforço de áreas estratégicas e da estrutura de governança corporativa. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 2020 foram de R\$ 6,6 milhões comparativamente a R\$ 107,4 milhões em 2019, em razão do reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS, referente à habilitação do crédito protocolada na Receita Federal em maio de 2019. O montante equivalente ao principal totalizou R\$ 103,7 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	224	8.239	477.319	435.844	Fornecedores	13.a)	-	-	53.029	36.421
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	59.726	-	Fornecedores - Convênio	13.b)	-	-	169	-
Contas a receber	7	-	-	410.263	425.833	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	277.821	190.934
Partes relacionadas a receber	19	40.512	60.775	-	-	Partes relacionadas	19	-	-	-	88
Estoque	8	-	-	365.184	348.034	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	206	309	49.922	65.174
Impostos a recuperar	9	4.989	3.155	101.034	95.247	Obrigações tributárias	15	12.478	7.601	92.177	86.778
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos		68	388	3.262	7.671	Parcelamento de tributos		-	-	327	457
Instrumentos derivativos ativo	16	-	-	-	6.796	Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	10.367	14.856
Total do ativo circulante		45.793	72.557	1.428.555	1.319.425	Juros sobre capital próprio a pagar	18.b)	22.353	8.124	22.353	8.124
NÃO CIRCULANTE						Dividendos a pagar	18.b)	12.482	-	12.482	-
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	164.876	-	Arrendamentos direito de uso a pagar	27	-	-	39.955	24.119
Depósitos judiciais	17	-	-	13.457	13.680	Outras obrigações		607	268	30.441	31.863
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b)	-	-	67.831	54.200	Total do passivo circulante		48.126	16.302	589.043	458.814
Instrumentos derivativos ativo	16	-	-	-	2.715	NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	9	-	-	116.090	168.344	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	-	-	6.954	9.193
Investimentos	10	1.173.809	1.033.469	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	112.500	79.420
Imobilizado	11	-	-	340.907	311.620	Parcelamento de tributos	17	-	-	815	1.864
Intangível	12	-	-	8.981	9.546	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	-	-	24.636	15.234
Total do ativo não circulante		1.173.809	1.033.469	712.142	560.105	Arrendamentos direito de uso a pagar	28	-	-	235.273	225.281
TOTAL DO ATIVO		1.219.602	1.106.026	2.140.697	1.879.530	Total do passivo não circulante		-	-	380.178	330.992
						Capital social	18.a)	1.105.381	1.105.381	1.105.381	1.105.381
						Reservas de capital	18.a)	(53.041)	(53.041)	(53.041)	(53.041)
						Reservas de lucros	18.b)	119.136	37.384	119.136	37.384
						Total do patrimônio líquido		1.171.476	1.089.724	1.171.476	1.089.724
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.219.602	1.106.026	2.140.697	1.879.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o Exercício Findo em 31 Dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros acumulados	Prejuízos	Total
SALDOS EM 23 DE MAIO DE 2019 (DATA DA CONSTITUIÇÃO)		1	-	-	-	1
Aporte de capital - cessão de cotas (IPO)	10	651.908	-	-	-	651.908
Aporte de capital - oferta pública de ações (IPO)	18.a)	453.472	-	-	-	453.472
Custos de emissão de ações - oferta pública de ações (IPO)	18.a)	-	(53.041)	-	-	(53.041)
Lucros não realizados em operações de controladas, líquidos dos impostos		-	-	(205.084)	(205.084)	-
Lucro líquido do período		-	-	257.971	257.971	-
Constituição de reserva legal		-	2.644	(2.644)	-	-
Constituição de reserva estatutária		-	-	7.301	(7.301)	-
Dividendos distribuídos		-	-	(2.942)	(2.942)	-
Juros sobre capital próprio distribuídos		-	-	(12.561)	(12.561)	-
Distribuição adicional de Juros sobre capital próprio		-	-	27.439	(27.439)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		1.105.381	(53.041)	37.384	-	1.089.724
Lucro líquido do exercício		-	-	146.672	146.672	-
Constituição de reserva legal	18.b)	-	7.333	(7.333)	-	-
Constituição de reserva estatutária	18.b)	-	-	101.857	(101.857)	-
Dividendos distribuídos	18.b)	-	-	(12.482)	(12.482)	-
Juros sobre capital próprio distribuídos	18.b)	-	-	(27.439)	(25.000)	(52.439)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.105.381	(53.041)	119.135	-	1.171.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para o Exercício Findo em 31 Dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

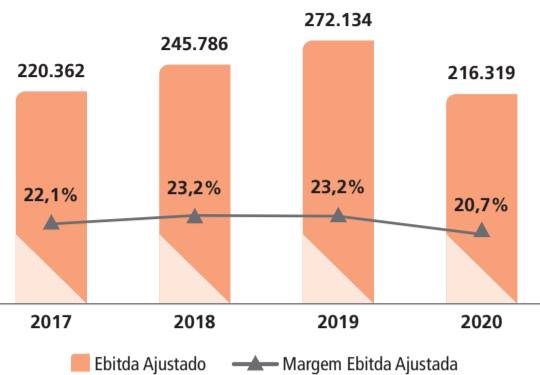
A Vivara Participações S.A. ("Vivara Participações" ou "Companhia") e a "holding" que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as demonstrações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. ("Tellerina") e Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. ("Conipa"). Os controladores da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 20. A Vivara Participações tem sua sede social na cidade de São Paulo - SP, e tem como atividades preponderantes a participação em outras sociedades, na qualidade de cotista, ou acionista, holding de instituições não financeiras e agente de propriedade intelectual. A Companhia foi constituída em 23 de maio de 2019 e conforme instrumento de conferência de participação societária de 15 de junho de 2019, foi realizado o aporte das participações societárias das atuais controladas Tellerina e Conipa. Todos os direitos e obrigações, de qualquer natureza, incluindo os efeitos e resultados patrimoniais da referida conferência de participação societária, a partir de 1º de junho de 2019 foram atribuídos à Vivara Participações, conforme documento de anuência assinado pelos acionistas. A Tellerina tem sua sede social na cidade de Manaus - AM e centro administrativo na cidade de São Paulo - SP. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob a bandeira "VIVARA", a importação, a exportação e o comércio varejista e atacado de joias, bijuterias, artigos sem metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e semelhantes, bem como a prestação de serviços de "design" e de conserto de joias em geral. Em 31 de dezembro de 2020 a Tellerina, possuía 221 lojas e 46 quiosques (197 lojas e 56 quiosques em 31 de dezembro de 2019) em operação no Brasil. A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógios. Impactos relacionados à COVID-19: A Administração da Companhia vem acompanhando os desdobramentos relacionados a pandemia da COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais e vem adotando diversas medidas para preservação da saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros. No dia 20 de março de 2020, decidimos por fechar todas as nossas lojas físicas e, no dia 25 de março de 2020, paralisamos temporariamente as operações de nossa fábrica localizada na cidade de Manaus. Tendo em vista o atual cenário de incertezas e a imprevisibilidade de retomada total, a Companhia adotou forte conservadorismo no alocamento de capital, para preservar sua liquidez no curto prazo e garantir que estará fortalecida para o ciclo de crescimento de longo prazo e, através de um comitê de crise, adotou as seguintes medidas: a) Replanejamento das compras de insumos e matérias-primas, visto que a Companhia possui estoque suficientemente para manter a operação e minimizar os impactos do aumento recente no preço do ouro. b) Revisão do plano de investimentos no ano de 2020, reduzindo o número de novas operações a serem abertas ao longo do período e postergando investimentos menos urgentes. Para a estratégia de longo prazo, a Companhia mantém seu compromisso de ampliar sua presença nos principais shoppings do país, através da expansão orgânica de seus canais. c) Concluiu em 14 de abril de 2020 as negociações com os sindicatos e implantou os mecanismos previstos na Lei nº 14.020/2020, com redução de jornada de trabalho de todos os colaboradores do escritório e suspensão do contrato de trabalho para colaboradores das lojas e fábrica, no período entre abril e dezembro de 2020. d) As negociações com os principais empreendedores de shoppings resultaram em uma redução média de 31% nos pagamentos de aluguel, condomínio e fundo de promoção, procurando adequar esta despesa ao nível da receita atual. As conversas e negociações continuam devido as aberturas e fechamento dos shoppings em função do recuo e avanço da pandemia nos municípios. e) Foram negociados a totalidade dos contratos de prestação de serviço para evitar descasamentos de fluxo de caixa. Os pleitos foram de concessão de descontos e revisão da forma e prazo de pagamento. No encerramento de 2020 e até a data destas demonstrações de resultados anuais, a Companhia identificou uma evolução gradual do ritmo de vendas, mês após mês, desde o final de março, quando as lojas foram fechadas temporariamente, até dezembro, quando as operações já estão caminhando para a normalização. Nos três últimos meses do ano, a retomada foi mais intensa em outubro e novembro, quando ainda não havia aumento nas medidas de restrições, que foram intensificadas em dezembro, com o aumento dos casos de COVID-19. A fábrica já retomou integralmente sua operação e segue intensificando a produção dos itens que estarão nas lojas nos próximos meses. A Companhia gerou recursos financeiros líquidos relevantes em 2020, sendo com níveis de estoques equilibrados com as perspectivas de vendas além de um nível de endividamento adequado para financiar a potencial aceleração de vendas e da expansão orgânica de lojas em 2021.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contra-prestações pagas em troca de serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 216,4 milhões, -20,5% inferior ao ano anterior, reflexo do rígido controle de despesas e da proteção da Margem Bruta, que neutralizaram, em parte, os efeitos trazidos pelo fechamento das operações, principalmente no segundo e terceiro trimestre. Desta forma, a margem EBITDA ajustada de 2020 atingiu 20,7%.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para o Exercício Findo em 31 Dezembro de 2020 - (Em milhares de reais - R\$)

data de mensuração. **2.2. Declaração de conformidade:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2021 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **2.3. Declaração de relevância:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas informações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão do negócio. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua, e/ou moeda funcional do Grupo e também de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A partir dos Ofícios Circulares nº 02/20 e 03/20 emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19, a Administração da Companhia revisou e concluiu não haver impactos significativos nas principais estimativas e julgamentos. As principais contias sujeitas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativas nº 11 e nº 12 - vida útil e análise do valor recuperável ("impairment") do imobilizado; • Nota explicativa nº 16 - valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. • Nota explicativa nº 17 - provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas. • Nota explicativa nº 20.b) - imposto de renda e contribuição social diferidos. • Nota explicativa nº 28 - Arrendamento de direito de uso. **2.6. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a entidade. • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia avalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àsquelas seguidas pela Companhia. Todos os ajustes de transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	% de participação
Tellerina	99,99
Conipa	99,99

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

• Critério de reconhecimento de receita: A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfatória a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto, preço for identificável e cumpridas as obrigações de performance. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. • Transações em moeda estrangeira: Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro. • Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é caracterizado como mensurado: a) custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução do valor justo que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que não apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e/ou passivos financeiros.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que não apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e/ou passivos financeiros.

Ativos	CPC 48/IFRS 9		
	Nota explicativa	Categoria	Controladora Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	5	Custo amortizado	224 477.319
Contas a receber	7	Custo amortizado	410.263
Contas a receber - partes relacionadas	19	Custo amortizado	40.512
Títulos e valores mobiliários	6	VJR	224.602
Instrumento derivativo "swap"	16	VJR	1.776
Total ativos financeiros			40.736 513.299
Fornecedores	13.a)	Custo amortizado	5.279
Fornecedores - Convênio	13.b)	Custo Amortizado	169
Empréstimos	16	Custo amortizado	390.321
Juros sobre capital próprio a pagar	18.b)	Custo amortizado	22.353
Dividendos a pagar	18.b)	Custo amortizado	12.482
Passivo de arrendamentos direito de uso	28	Custo amortizado	275.228
Total passivos financeiros			34.835 753.582

Instrumentos derivativos: A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como "swaps" para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem seguir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de "hedge". Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros "mensurados ao valor justo" e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro. • Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data de aplicação. Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização. • Títulos e valores mobiliários: Os investimentos em títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras em fundos de investimentos e letras financeiras emitidas por instituições bancárias com prazos para resgate superiores há 90 dias da data de aplicação. • Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito: As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. A provisão para perdas esperadas de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseada na idade média de vencimento por faixa de títulos. • Estoques: Mensurados pelo custo de aquisição ou produção e outros custos incorridos em trabalhos às suas localizações e condições existentes. No caso de estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável. • Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **Custos subsequentes:** São capitalizados apenas quando e provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluído para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obtém a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

	Vida útil - anos
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Hardware	5
Beneficiárias em propriedade de terceiros	5
Direito de uso locação de imóveis	4 a 10
Veículos	5

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescentes são registrados prospectivamente. • Intangível: Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário. Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento. • Investimento: Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. • Redução ao valor recuperável ("impairment"): A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos itens) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). • Direito de uso e Arrendamentos: Direito de uso locação de imóveis representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. É reconhecido no ativo como um item do imobilizado e no passivo como obrigação do Arrendamento de direito de uso. Os ativos reconhecidos são amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Aos passivos de arrendamento são apropriados os juros calculados na determinação do valor presente, com taxas de descontos demonstradas na nota explicativa nº 28, pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Anualmente, conforme índices e prazos definidos em contrato para fins de reajuste do arrendamento, o direito de uso é remensurado. • Provisões: Reconhecidas quando: - A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. - São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, de observação da sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos. • Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. • Imposto de renda e contribuição social: Impostos correntes e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa em períodos futuros realizáveis, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **Incentivos fiscais - lucro da exploração:** Devido ao fato de sua fábrica de joias estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM mediante o Atto Declaratório Executivo da Delegacia da Receita Federal em Manaus nº 146,

de 25 de novembro de 2011, a Conipa possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído com o rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. • Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis. • Segmentos operacionais: Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO do Grupo, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

4. ADOÇÃO DAS IFRS NOVAS E REVISADAS

4.1. IFRS novas e revisadas em vigor no exercício corrente: Exceto pelo disposto abaixo, não há normas CPC/IFRS ou interpretações ICP/IFRIC aplicáveis à Companhia que entraram em vigor no exercício corrente que tiveram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. • Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19: Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança. b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atenuada essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2021). c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações à IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020) antes da sua data de vigência. Os impactos da adoção do expediente prático relacionado à COVID-19 estão demonstrados na nota explicativa nº 22.b na rubrica "Descontos sobre arrendamentos".

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	-	6.935	6.935	5.693
Bancos conta movimento	-	8.239	10.518	39.122
Aplicações financeiras (a)	224	-	459.866	391.029
Total	224	8.239	477.319	435.844

(a) As aplicações financeiras são compostas pelas modalidades descritas no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
CDB	451.495	384.548
Operação Compromissada	4.299	-
Aplicações automáticas	4.072	6.481
Total	459.866	391.029

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As aplicações financeiras estão compostas conforme quadro a seguir:

	Vencimento		Rentabilidade		31/12/2020	
Fundos de investimentos						
Letras financeiras (b)	09/2022	106,7% do CDI	164.876	-	164.876	-
Total			164.876	-	164.876	-
Ativo circulante			59.726	-	59.726	-
Ativo não circulante			105.150	-	105.150	-
Total			224.602	-	224.602	-

a) os fundos de investimentos tiveram rentabilidade média ponderada de 0,3% no período, entre agosto e dezembro de 2020. b) as letras financeiras são títulos de renda fixa pré ou pós fixados, emitidos por Instituições Financeiras com alto rating de avaliação, com prazo mínimo de 2 anos, comprados no mercado primário e secundário. São investimentos de longo prazo com características semelhantes ao CDB.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Operadoras de cartões	-	-	405.099	418.610
Cheques a compensar	-	-	1.471	2.280
Boletos	-	-	4.684	5.712
Subtotal	-	-	411.254	426.602
Provisão para perdas esperadas de crédito	-	-	(991)	(769)
Total	-	-	410.263	425.833

Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	662	1.985	-	-
De 31 a 60 dias	109	15	-	-
De 61 a 90 dias	106	36	-	-
De 91 a 120 dias	71	4	-	-
De 121 a 150 dias	-	24	15	-
De 151 a 180 dias	-	18	7	-
Acima de 180 dias	-	964	666	-
A vencer	409.300	423.874	-	-
Total	411.254	426.602	-	-

Os saldos a vencer são compostos substancialmente pelas vendas parceladas recebidas por cartão de crédito, em até 10 parcelas, sem cobrança de encargos financeiros. A Administração mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente às perdas de crédito esperadas durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas são as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada por tipo de recebível e aplicada as vendas correntes da mesma modalidade de recebimento. A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	-	-	(769)	(805)
Complementos	-	-	(583)	(143)
Reversões	-	-	361	179
Saldo no fim do período	-	-	(991)	(769)

8. ESTOQUES

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	228.248	235.610	-	-
Matérias-primas	127.352	76.506	-	-
Material de consumo e embalagens	5.478	8.169	-	-
Estoque em trânsito e adiantamentos a fornecedores	10.277	33.130	-	-
Provisão para perdas	(6.171)	(5.381)	-	-
Total	365.184	348.034	-	-

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes. São considerados como de giro lento os produtos com ciclos de vendas cujo intervalo seja superior a doze meses. As perdas no processo de derretimento de joias não são relevantes percentualmente devido a tecnologia utilizada na recuperação das matérias-primas envolvidas (ouro, prata e pedras). A movimentação da provisão para perdas dos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	-	-	(5.381)	(3.161)
Complementos	-	-	(2.286)	(3.030)
Reversões	-	-	1.496	810
Saldo no fim do período	-	-	(6.171)	(5.381)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	4.394	-	35.020	34.141
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	595	-	22.637	24.146
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	-	-	71.789	49.509

Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (c)

	31/12/2020	31/12/2019
Outros	3.155	7.574
Total	4.989	3.155

Ativo circulante

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo não circulante	4.989	3.155
Total	4.989	3.155

(a) IRPJ e CSLL: A Vivara Participações apresentou saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL. Os créditos de IRPJ e CSLL das controladas foram originados através da exclusão da sua base de cálculo do incentivo de ICMS da Zona Franca de Manaus e saldo credor na apuração por estimativas recolhidas a maior.

A expectativa da realização dos créditos de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ano 2020	-	-	-	-
2021	4.989	-	15.038	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 - (Em milhares de reais - R\$)

Em 31 de dezembro de 2020, os montantes líquidos classificados no ativo e no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Ano	50.000	49.538
De 1 a 2 anos	62.500	27.167
De 2 a 3 anos	112.500	76.705

Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras não existem cláusulas restritivas ("covenant"). Existem contratos de empréstimos que possuem garantias atreladas aos recebíveis de operadores de cartões e aplicações financeiras de longo prazo.

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo possuía processos de natureza cível, trabalhista e tributária, cujo risco de perda foi considerado provável por seus assessores jurídicos, sendo:

	Consolidado Cíveis (a)	Consolidado Trabalhistas (b)	Consolidado Tributários (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.655	9.926	8.963	15.234
Adições	2.497	5.912	9.658	17.395
Pagamentos	(925)	(1.017)	-	(1.942)
Reversões	(1.542)	(928)	(3.579)	(6.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.685	7.893	15.058	24.636

Depósitos judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2019
Adições
Atualização monetária
Resgates

Em 31 de dezembro de 2020

(a) Processos cíveis: Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguel até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial; e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação. **(b) Reclamações trabalhistas:** Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. A provisão é constituída considerando os processos com risco de perda provável e complementada com base no histórico de perda sobre a massa de processos classificados com risco de perda provável. **(c) Processos tributários:** Correspondem, em grande parte, a discussões judiciais e a autos de infração relativos a ICMS no Estado de São Paulo e Santa Catarina. Adicionalmente a Companhia provisionou conforme orientação de seus assessores jurídicos riscos relacionados a eventual questionamento de utilização de créditos de PIS e COFINS em suas controladas. Em agosto de 2020 o Supremo Tribunal Federal ("STF") legitimou, através do processo RE nº 1.072.485/PR, a incidência de INSS sobre o valor de 1/3 de férias, em decisão contrária a decisão de 26 de fevereiro de 2014 onde o Superior Tribunal de Justiça ("STJ") havia se manifestado em favor do contribuinte sob o argumento de que "a importância paga a título de terço constitucional de férias possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária". A Tellerina e Conipa possuem liminar vigente que afasta o recolhimento da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Diante do exposto na decisão do STF citada anteriormente, a Companhia acessou seus assessores jurídicos que orientaram a constituição de provisão sobre tais valores não recolhidos a partir da competência outubro de 2020. As reversões registradas correspondem quase em sua totalidade a prescrição de prazo para questionamento do Fisco em assuntos passíveis de discussão judicial referente a créditos de PIS e COFINS e a composição de base de cálculo para tributação de imposto de renda e contribuição social. **Processos com risco de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2020, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Riscos tributários (*)	4.881	840
Riscos trabalhistas (*)	142.900	411.890
Total	147.781	412.730

(*) Representados, em grande parte, por processos judiciais e autos de infração relacionados aos ICMS nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em 2020 em função do andamento favorável de processos relacionados a autos de infração de ICMS do Estado de São Paulo nossos assessores jurídicos reavaliaram o risco de perda para remoto, no montante de R\$248.176.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 23 de maio de 2019 foi constituída a Vivara Participações, registrada na Junta Comercial de São Paulo, com posterior alteração contratual em 15 de junho de 2019 que transformou o tipo societário da Companhia, de sociedade limitada em sociedade por ações, aprovando a conversão das cotas sociais representativas do capital social em ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Neste ato também consolidou o capital social no valor de R\$351.909, totalmente subscrito e integralizado. Em 15 de agosto de 2019, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária dos sócios, foi aprovado o agrupamento das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia a razão de 3 (três) ações para cada 1 (um) ação ordinária existente, cujas frações foram canceladas, resultando em um total de 217.303.107 ações ordinárias, todas escrituradas, nominativas e sem valor nominal. O limite do capital social autorizado da Companhia é de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias. Em 8 de outubro de 2019 foi realizada reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou, no âmbito da Oferta Pública de Ações, a fixação do preço de emissão de R\$24,00 por ação. O preço por ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"). Em 10 de outubro de 2019 foi concluída a Oferta Pública de Ações, passando a Companhia a ser listada na B3 S/A - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código VIVVA3. A oferta primária foi de 18.894.662 ações (R\$453.472) e a oferta secundária 66.131.317 ações (R\$1.587.152). Os custos de emissão das ações no âmbito da Oferta Pública de Ações contemplam as comissões pagas aos Bancos e Corretoras, honorários dos auditores externos, consultores e advogados, taxas de registro e demais gastos relacionados a oferta e totalizaram R\$53.041. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social é distribuído da seguinte forma:

	31/12/2020	Total
Ações ordinárias	141.834.856	141.834.856
Ações em circulação	94.362.913	94.362.913
Total	236.197.769	236.197.769

b) Política de distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contêm as seguintes destinações: 5% para reserva legal. • Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal para formação de reserva para contingências). • Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. Em 14 de dezembro de 2020 a Companhia recebeu de suas controladas e pagou aos acionistas o montante de R\$35.563 a título de Juros sobre o Capital Próprio com base lucros auferidos em 2019. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado é de R\$34.835. Em 22 de dezembro de 2020 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia a distribuição aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto de R\$25.000 (R\$22.354 líquido da retenção de IRRF conforme legislação vigente) com aviso aos acionistas divulgado na mesma data. O pagamento será efetuado em parcela única, até 15 (quinze) dias após a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2021. Serão beneficiados os acionistas inscritos nos registros da sociedade em 29 de dezembro de 2020, passando as ações, a serem negociadas "ex-direito" aos Juros Sobre o Capital Próprio a partir do dia 30 de dezembro de 2020. Em complemento a distribuição já divulgada, a Administração da Companhia propõe a distribuição a título de dividendos no montante total de R\$172.482. Terão direito a receber os dividendos a serem deliberados na AGO 2020, a ser realizada em primeira convocação em 30 de abril de 2021, os titulares de ações na data da referida assembleia. Assim, caso a AGO 2020 seja realizada em primeira convocação, as ações de emissão da Companhia, passaram a ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 03 de maio de 2021.

Lucro líquido do período

	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de prejuízos de períodos anteriores	146.672	-
Base de cálculo para Reserva Legal	146.672	-
Reserva Legal (5%)	(7.333)	-
Base de cálculo para dividendos	139.339	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	34.835	-
Distribuição de Juros sobre capital próprio líquido de IRRF	22.354	-
Distribuição complementar de dividendos	12.481	-
A Companhia receberá de suas controladas, até junho de 2021, o montante bruto de R\$18.000 (R\$15.300 líquido dos impostos) a título de Juros sobre o Capital Próprio referente aos lucros auferidos em 2020.	-	-

19. PARTES RELACIONADAS

	Controladora 31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Saldos	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Tellerina	14.634	35.275	-	-
Conipa	25.878	25.500	-	-
Total	40.512	60.775	-	-
Circulante	40.512	60.775	-	-
Total	40.512	60.775	-	-
Passivo	-	-	-	-
Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A.	-	-	88	88
Total	-	-	88	88
Circulante	-	-	88	88
Total	-	-	88	88

A Vivara Participações apresenta saldos a receber de suas controladas referente aos Juros sobre Capital Próprio distribuídos referente aos lucros auferidos em 2019 e 2020. As operações com a coligada indireta, Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A., são decorrentes da sublocação de imóvel na cidade de São Paulo que abriga parte de atividades administrativas e de logística da Companhia. Esse contrato de locação está alocado em arrendamentos de direito de uso conforme nota explicativa nº 27. O montante total do arrendamento no exercício de 2020 foi de R\$576. As controladas Conipa e Tellerina realizam operações entre si relacionadas a compra e venda de mercadorias e matérias-primas, cobrança de despesas administrativas através de Centro de Serviços Compartilhado e royalties relacionados aos direitos autorais do design de joias. Todas as empresas entre Conipa e Tellerina foram eliminadas para fins de consolidação e divulgação. Os montantes das operações entre as empresas do Grupo Vivara estão demonstrados no quadro a seguir:

	01/01 a 31/12/2020	23/05 a 31/12/2019
Operação	TELLERINA CONIPA	TELLERINA CONIPA
Vendas (Compras) de Mercadorias	(566.752) 566.752	(355.658) 355.658
Vendas (Compras) de Matérias-primas	50.292 (50.292)	-
Direitos autorais	82.571 (82.571)	42.557 (42.557)
Despesas administrativas com Centro de Serviços Compartilhado	4.774 (4.774)	-
Total	(429.115) 429.115	(313.101) 313.101

Em 30 de abril de 2020, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020 em até R\$20.000, tendo sido pagos e provisionados os seguintes montantes em 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2020	31/12/2019	
Fixa Variável	Total	Fixa Variável	Total
1.680	- 1.680	560	- 560
7.019	1.370 8.389	2.456	13.470 15.926
8.699	1.370 10.069	3.016	13.470 16.486

Conforme "Política de Remuneração" da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de agosto de 2019, que tem como base a negociação individual com cada um desses membros, orientada entre outros fatores, por pesquisas salariais no setor de varejo, são demonstrados a seguir os valores provisionados e pagos aos Diretores estatutários das subsidiárias e aos Diretores executivos:

	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Diretores executivos	4.659	1.146
Diretores estatutários	6.572	1.485
Total	11.231	2.631

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora 31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	144.423	268.275	163.537	317.242
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(49.104)	(91.214)	(55.602)	(107.863)
Efeito do IRRF e da CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, para os quais não foram registrados os impostos diferidos correspondentes	(4.863)	-	(4.863)	-
Diferenças permanentes:	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	53.836	91.606	-	(424)
Outras diferenças permanentes	2.249	14	(9.588)	4.303
Juros sobre o capital próprio a pagar	8.500	13.600	8.500	13.600
Imposto de renda e contribuição social diferido	(8.369)	(24.310)	-	-
Incentivo fiscal - lucro da exploração	-	-	23.887	15.510
Incentivo fiscal - crédito presumido ICMS	-	-	20.803	15.603
Total	2.249	(10.304)	(16.864)	(59.271)
Correntes	2.249	(10.304)	(17.625)	(60.151)
Diferidos	-	-	761	880
Total	2.249	(10.304)	(16.864)	(59.271)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	991	769
Provisão para perdas dos estoques	6.272	6.272
Provisão despesas	60.132	65.957
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	24.636	24.636
Arrendamentos Direito de Uso	27.107	27.107
Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL	78.457	79.843
Base de cálculo imposto diferido(*)	197.595	204.806
Imposto de renda diferido ativo (25%)	49.398	39.853
Contribuição social diferida ativa (9%)	18.433	14.347
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	67.831	54.200

(*) A diferença entre a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social está relacionada com as provisões

e pagamentos de bônus aos diretores estatutários, sendo que essa despesa é indutível na apuração do imposto de renda. **c) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização de certos valores nos próximos anos, além da expectativa de realizações das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Receita bruta de vendas de mercadorias	1.573.485	1.136.150
Receita bruta de serviços prestados	3.904	3.988
Deduções da receita bruta:	-	-
ICMS	(172.766)	(132.441)
COFINS	(89.921)	(62.113)
PIS	(19.531)	(14.104)
FTI (*)	(8.218)	(4.619)
ISS	(159)	(199)
Devoluções de vendas/trocac	(239.247)	(176.995)
Total	1.047.547	749.667

Os valores de ICMS estão líquidos do incentivo fiscal da mesma natureza citado na nota explicativa nº 9 no montante de R\$61.186 em 31 de dezembro de 2020 (R\$45.892 em 31 de dezembro de 2019). (*) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infra-estrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas "FTI." é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação.

22. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

a) Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados:

	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Custo de aquisição de mercadorias e matérias-primas e produtos para revenda	(304.502)	(200.174)
Pessoal	(20.286)	(13.258)
Aluguéis e condomínios	-	10
Depreciação e amortização	(2.524)	(939)
Energia, água e telefone	(659)	(364)
Frete	(2.093)	(1.144)
Total	(330.064)	(215.869)

b) Despesas com vendas:

	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Pessoal	(158.850)	(111.763)
Frete	(26.541)	(14.376)
Despesas de marketing/vendas	(63.629)	(33.671)
Serviços profissionais contratados	(9.917)	(7.959)
Aluguéis e condomínios	(35.268)	(28.651)
Descontos sobre arrendamentos	16.491	-
Depreciação e amortização	(33.616)	-
Comissão sobre cartões	(22.155)	(15.941)
Energia, água e telefone	(4.276)	(3.516)
Outras despesas por natureza	(27.535)	(8.271)
Total	(365.296)	(224.148)

c) Despesas gerais e administrativas:

	Controladora 01/01/2020 a 31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(2.071)	(948)	(55.685)	(50.742)
Serviços profissionais contratados	(1.199)	(72)	(49.241)	(24.183)
Aluguéis e condomínios	-	-	(728)	(76)
Energia, água e telefone	-	-	(1.094)	(1.039)
Depreciação e amortização	-	-	(22.132)	(28.194)
Outras despesas por natureza	(9.773)	(144)	(24.796)	(17.164)
Total	(13.043)	(1.164)	(153.676)	(121.398)

23. INFORMAÇÕES SOBRE OS OPERACIONTOS

O Grupo possui apenas um segmento operacional definido como varejo. O Grupo está organizado, e tem o seu desempenho avaliado, conforme única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações. Essa visão está baseada nos seguintes fatores: • A produção da unidade fabril atende substancialmente as lojas de varejo do Grupo, vendas digitais e as vendas no canal B2B. • As decisões estratégicas do Grupo estão embasadas: - Na busca por insumos certificados e de notável qualidade, além de novas tecnologias para a linha de produção. - Estudos que apontam oportunidades de expansão, tendências do mercado varejista e de moda internacional e de canais de distribuição. • As avaliações de receitas obtidas pelo Grupo são feitas por categoria e canal de vendas. Os produtos do Grupo são controlados e gerenciados pela Administração com um único segmento de negócio. São distribuídos por categoria e canais de vendas diferentes, no entanto, o CEO, avalia o desempenho total do Grupo, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por categoria e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020	Consolidado 23/05/2019 a 31/12/2019
Receita bruta, menos devoluções	692.382	489.238
Life	399.872	286.736
Relógios	201.671	155.128
Acessórios	40.313	28.051
Serviços	3.904	3.988
Total	1.338.142	963.142
Lojas	1.016.160	882.510
Vendas digitais	309.515	71.173
Outros	12.467	9.459
Total	1.338.142	963.142

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora 01/01/2020 a 31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 01/01/2020 a 31/12/2020	31/12/2019
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (a)	-	(11.345)	(284)	-
Perdas esper				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS Para o Exercício Findo em 31 Dezembro de 2020 - (Em milhares de reais - R\$)

O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns a seu exclusivo critério. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Participantes. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano. Até 31 de dezembro de 2020 não houve outorga de ações aos beneficiários.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2020, é assim demonstrada: • Danos materiais estoque - R\$187.595 (vigente até fevereiro de 2021). • Danos patrimoniais e frotas - R\$17.530 (vigente até abril de 2021).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião realizada em 04 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a eleição do Sr. Paulo Kruglensky como novo Diretor Presidente da Companhia, em vista da renúncia apresentada pelo Sr. Márcio Monteiro Kaufman. A Companhia, através do Comitê de Contingência, formado por membros da diretoria executiva e

líderes de diversas áreas, vem acompanhando os desdobramentos relacionados à pandemia da COVID-19. Com o avanço dos indicadores de contaminação, aceleração no número de novos casos e óbitos relacionados à COVID-19, e consequente aumento nos decretos estaduais e municipais de restrição de fluxo e fechamento de shoppings e atividades comerciais, informamos que, até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, 160 lojas encontram-se fechadas, operando apenas com as opções de drive thru, quando permitido, bem como com as vendas digitais, que inclui as vendas diretas do Projeto Joias em Ação. É importante ressaltar que o tempo de duração da situação de reclusão da população em suas casas, além do alcance e intensidade dessa segunda onda nas diferentes regiões do país, fazem com que, nesse momento, a Companhia não tenha uma estimativa dos impactos da COVID-19 sobre seus resultados em períodos subsequentes.

MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Paulo Kruglensky
Diretor Presidente

Otávio Chacon do Amaral Lyra
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carla Rosana Shrott Sauer
Diretora de Recursos Humanos

Marina Kaufman Bueno Neto
Diretora de Marketing

CONTADOR

Rodrigo Alberto Ferreira - CRC 1SP 254.508/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de diretores da **Vivara Participações S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 17 de março de 2021

Paulo Kruglensky
Diretor Presidente

Otávio Chacon do Amaral Lyra
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carla Rosana Shrott Sauer
Diretora de Recursos Humanos

Marina Kaufman Bueno Neto
Diretora de Marketing

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de diretores da **Vivara Participações S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 17 de março de 2021

Paulo Kruglensky
Diretor Presidente

Otávio Chacon do Amaral Lyra
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carla Rosana Shrott Sauer
Diretora de Recursos Humanos

Marina Kaufman Bueno Neto
Diretora de Marketing

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Vivara Participações S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vivara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Registro dos efeitos da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos
Porque é um PAA
Conforme descrito na nota explicativa nº 28, as controladas da Companhia possuem compromissos decorrentes de contratos de arrendamento operacional e, a partir de 1º de janeiro de 2019, passaram a ser requeridas a contabilizar essas operações de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos. Esse novo pronunciamento técnico introduziu aspectos contábeis complexos para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) após a adoção inicial, em 2019, houve aumento substancial da necessidade de controle e monitoramento das operações pela Administração, assim como esforços consideráveis da auditoria para conclusão dos procedimentos planejados, principalmente para os novos contratos de arrendamento efetuados para as lojas abertas pela Companhia durante o ano e renemensuração dos contratos com base nos termos contratuais de cada contrato. Adicionalmente, em decorrência da pandemia global do COVID-19, o IASB emitiu uma alteração ao IFRS 16, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM 859, que estabelece expediente prático para arrendatários na contabilização de concessões de descontos sobre aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a discussão sobre os critérios utilizados para identificação e classificação dos contratos de arrendamento mercantil, prazos desses arrendamentos e taxas de desconto utilizadas; (ii) avaliação do desenho e implementação de controles implementados para identificar os novos contratos e alterações dos contratos vigentes, como também as renegociações efetuadas devido à pandemia da COVID-19; e (iii) o teste documental por meio de amostragem dos contratos de arrendamento operacional, base para o cálculo, e adequação dos fluxos de arrendamento e critérios de cálculo para determinar os efeitos nas demonstrações financeiras e (iv) análise das classificações e adequada divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas aos processos de monitoramento e atualização dos arrendamentos financeiros e ajustes propostos a Companhia que alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e os critérios para avaliação dos efeitos de adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nossa conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9